



**NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE**  
**E ACESSIBILIDADE**





## QUESTÕES

01) (PGE-AC – Procurador do Estado) Tendo por base os preceitos que regem a Política Nacional sobre Mudança do Clima instituída pela Lei Federal n.º 12.187/2009, assinale a alternativa correta.

A) Mudança climática é toda a mudança do clima direta ou indiretamente atribuível à ação humana que altere a composição da atmosfera mundial, excluindo, portanto, as mudanças advindas da variabilidade climática natural observada ao longo de períodos compatíveis.

B) Entende-se por impacto os efeitos da mudança do clima produzidos sobre os sistemas naturais e, por vulnerabilidade, aqueles produzidos sobre os sistemas humanos.

C) Gases de efeito estufa são todos os constituintes gasosos que tenham natureza exclusivamente antrópica e que, na atmosfera, absorvam e reemitam radiação infravermelha.

D) Por sumidouro entende-se o processo, atividade ou mecanismo que remova da atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa.

Resposta D

02) (Petrobrás – Advogado Júnior) Nos termos da Lei Federal n.º 12.187/2009, o processo, atividade ou mecanismo que remova da atmosfera gás de efeito estufa, aerossol ou precursor de gás de efeito estufa denomina-se:

- A) impacto
- B) vulnerabilidade
- C) adversidade
- D) mitigação
- E) sumidouro

Resposta : E

03) (SEGEPI – MA - Analista Ambiental) A Lei n.º 12.187/2009, que trata da Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC, propõe que o Brasil adotará, como compromisso nacional voluntário, a redução, até 2020, de suas emissões projetadas de gases de efeito estufa, em porcentagem, entre

- A) 25,5 e 30,3.
- B) 36,1 e 38,9.
- C) 15,9 e 25,0.
- D) 42,3 e 52,0.
- E) 32,6 e 39,1.

Resposta: B

05) (Petrobras – Engenheiro de Meio Ambiente Júnior) A Lei Federal n.º 12.187, de 29/12/2009, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e dá outras providências. Para alcançar os objetivos da PNMC, o País adotará, como compromisso nacional voluntário, ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, com vistas a reduzir suas emissões projetadas até 2020 em um percentual dentro de uma faixa meta.

O Brasil cumpriria esse objetivo de forma mais eficiente economicamente se o percentual de redução obtido fosse de

- A) 4%
- B) 15%
- C) 26%
- D) 37%
- E) 48%

Resposta: D

06) (TCE-CE – Analista de Controle Externo – Auditoria de Obras Públicas) Segundo a Lei no 12.305/2010, é

A) proibido o lançamento de resíduos sólidos ou rejeitos em praias ou no mar, excetuados os corpos hídricos considerados secundários de uma bacia hidrográfica.

B) proibida a queima de resíduos sólidos ou rejeitos a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade.

C) proibido o lançamento in natura a céu aberto, inclusive de resíduos de mineração.

D) proibida, nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, fixação de habitações permanentes, excetuadas as habitações temporárias.

E) proibida a importação de resíduos sólidos perigosos e rejeitos, bem como de resíduos sólidos cujas características causem dano ao meio ambiente, à saúde pública e animal e à sanidade vegetal, excetuadas as importações para tratamento, reforma, reúso, reutilização ou recuperação.

Resposta: B

07) (Pref. De Caieiras – SP – Assessor Jurídico/Procurador Geral) Nos termos da Lei n.º 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, entende-se por

A) área órfã contaminada: local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos.

B) destinação final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais diversos.

C) gerenciamento de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo.

D) logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social, caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

E) rejeitos: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama, Do SNVS e do Suasa.

Resposta: D



08) ( TRT – 23º Região – MT) Para efeitos da Lei nº 12.305/2010 a gestão integrada de resíduos sólidos é

A) conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos.

B) distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

C) o ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.

D) o conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

E) o conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.

Resposta: D

09) ( CETESB – Analista Ambiental – Engenheiro Sanitarista) Na Política Nacional de Resíduos Sólidos, a qual foi instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010,

A) os resíduos radioativos estão contemplados quanto ao acondicionamento, transporte e tratamento.

B) a documentação da Análise de Ciclo de Vida tornou-se obrigatória para produtos de consumo, devendo ser contemplada a cadeia produtiva desde a extração das matérias-primas até a disposição final de resíduos (“do berço ao túmulo”).

C) rejeito e resíduo são termos empregados como sinônimos e são genericamente classificados como lixo.

D) a logística reversa tornou-se obrigatória para os resíduos de embalagem dos produtos industrializados, que devem retornar à planta onde foram fabricados, e o seu reaproveitamento deve ser revertido ao mesmo processo de produção, de futuros lotes do respectivo produto.

E) destinação final e disposição final não são empregados como termos sinônimos, devendo ser observada a correta aplicação de cada termo, conforme a possibilidade de tratamento do resíduo.

Resposta E



ANOTAÇÕES

A vertical column of 25 horizontal lines for taking notes, located to the right of the main text.